

FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO BRAZ

**A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO
BÁSICA**

CURITIBA/PR

2018

FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO BRAZ
VIVIANE ORTIZ

**A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO
BÁSICA**

Trabalho entregue à Faculdade de Educação São Braz, como requisito legal para convalidação de competências, para obtenção de certificado de Especialização *Lato Sensu*, do curso de Gestão Escolar, conforme Norma Regimental Interna e Art. 47, Inciso 2, da LDB 9394/96.

Orientadora: Patricia Arianne Cornelsen

CURITIBA/PR
2018

RESUMO

Esse trabalho tem como tema “A Importância do Projeto Político Pedagógico na Educação Básica” seu principal objetivo é demonstrar a relevância do desenvolvimento, revisão e atualização desse documento, visto que se tratam das metas, definição das estratégias e formulação dos planos de ação que garantirão inúmeros benefícios à instituição, de maneira geral. A metodologia utilizada foi uma pesquisa dos conteúdos em *sites* e livros didáticos de autores como: Gadotti (2000), Lopes (2017), Vasconcellos (2002) e Veiga (2000). O PPP é um documento obrigatório em todas as instituições de ensino. Para seu desenvolvimento é preciso um esforço e participação coletiva dos membros representantes da comunidade escolar e instâncias colegiadas. Nele são descritas informações como: a história, público alvo, recursos e realidade do cenário pedagógico. Alguns elementos devem ser estabelecidos, a fim de determinar com exatidão em qual o contexto que o projeto será incluído, entre eles: Marco referencial; Diagnóstico, Plano de Ação e Divulgação. Para exatidão é preciso superar algumas dificuldades comuns na implantação, revisão e atualização do planejamento, possibilitando dessa forma a eficácia, cada vez maior, da escola e a valorização do processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico. Metas. Planejamento. Instâncias Colegiadas. Revisão.

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como tema “A importância do Projeto Político Pedagógico na Educação Básica”. Seu principal objetivo explicar de que maneira esse documento, obrigatório em todas as instituições de ensino, pode ter relevância em relação aos planos de ação que favorecem o desenvolvimento e a valorização do processo de ensino, através da contribuição da comunidade, tornando a escola um local de efetiva formação de cidadãos, que conta, em sua estrutura, com a participação e responsabilidade de todos.

Apesar do conceito de Gestão Democrática, tenha início na década de 80, após a queda do regime centralizador vigente na época, a implantação do PPP- Projeto Político Pedagógico em todas as escolas passou a ser obrigatório somente após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no ano de 1996. Tem como intuito estipular os objetivos que a instituição de ensino deseja alcançar, bem como os métodos que serão utilizados para isso. Desde então é imprescindível que a comunidade escolar, como pais, professores, alunos, funcionários e direção, conheçam a verdadeira finalidade desse plano de ação, compreendendo as características e funções, viabilizando as estratégias ideais para o desenvolvimento do instituto educacional a qual ele pertence. Por ser dinâmico, o Projeto Político Pedagógico exige uma constante manipulação e adequação aos valores e necessidades que podem surgir com o passar do tempo. Sendo assim a constante revisão do PPP permite selecionar o que convém manter e o que precisa ser revisto a fim de preservar sua efetividade.

Para investigar conteúdos relevantes a cerca do tema escolhido, a metodologia utilizada foi uma pesquisa em *site* e livros didáticos, utilizando conceitos de autores como: Gadotti (2000), Lopes (2017), Vasconcellos (2002) e Veiga (2000). Primeiramente definiu-se o tema: “A importância do Projeto Político Pedagógico na Educação Básica”. Em seguida expôs-se um breve histórico relacionado aos principais acontecimentos ligados ao documento. Foram explicados o conceito e a relevância das Instâncias Colegiadas, bem como os elementos que compõem o PPP. Descreveu-se sobre as dificuldades relacionadas ao PPP e a necessidade da periodicidade na avaliação e revisão do Projeto.

2. A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

De acordo com Macedo (2013) a educação brasileira é dividida em Básica e a Superior. Na categoria Básica, a estruturação é baseada em etapas e modalidades, compostas pela Educação Infantil (até os cinco anos de idade), Ensino Fundamental (duração de nove anos) e Ensino Médio (duração de três anos). Dessa forma, compreende-se que é necessário planejar e idealizar as metas, objetivos e anseios de cada instituição escolar, bem como estipular o planejamento de todas as ações que possibilitarão tais realizações.

Para Macedo (2013) o PPP- Projeto Político Pedagógico é um documento de extrema importância para direcionar todo o trabalho educativo, demonstrando o cenário atual da escola, bem como ajudar a estipular os objetivos e as estratégias necessárias para a progressão dessa instituição, possibilitando que o ensino esteja sempre em ascensão.

Gadotti (1994) explica que o ato de planejar é crucial dentro do cenário educacional, afinal, é através de projetos que se declara a intenção de realizações futuras, indispensáveis para impulsionar as estratégias que possibilitarão alcançar tais objetivos:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores (GADOTTI, 1994, p.579)

Segundo Gadotti (1994) o Projeto, além de direcionar as metas, permite que os responsáveis visualizem e também se organizem para realizar suas respectivas funções dentro do planejamento.

Bordignon (2005) defende o Projeto Político Pedagógico como uma forma de apresentar o que a escola propõe como instituição de ensino, direcionando seus membros, sejam funcionários, alunos, pais ou comunidade escolar, de forma geral, atribuindo-os suas respectivas responsabilidades dentro desse contexto, visando possíveis melhorias. Dessa forma é crucial que tal documento seja construído com base em um pensamento coletivo.

Ainda na concepção do autor, além de considerar, democraticamente, as concepções de todos os envolvidos, é importante relevar a localização da escola em questão, permitindo uma personalização do PPP, a fim de atender, ainda mais, as necessidades de cada comunidade em particular. Sendo assim percebe-se que esse documento não pode ser padronizado, mas sim construído a partir das diferentes perspectivas que englobam a instituição em questão.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento que reflete a proposta educacional da escola. É através dele que a comunidade escolar pode desenvolver um trabalho coletivo, cujas responsabilidades pessoais e coletivas são assumidas para execução dos objetivos estabelecidos. A qualificação profissional; salários dignos; jornada de trabalho, que inclua tempo livre para os estudos e a atuação dos professores em atividades extraclasse, são condições indispensáveis para se ter pessoas responsáveis e competentes na construção da proposta da escola. O PPP deve possibilitar aos membros da escola, uma tomada de consciência dos problemas e das possíveis soluções, estabelecendo as responsabilidades de todos. A presença do debate democrático possibilita a produção de critérios coletivos no seu processo de elaboração, assimilando significados comuns aos diferentes agentes educacionais e colaborando com a identificação desses com o trabalho desenvolvido na escola (BORDIGNON, 2005, p. 35).

Macedo (2013) afirma que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional do ano de 1996, além de estabelecer obrigatoriedade do documento na rede Básica de ensino, deu maior ênfase a elaboração dos PPPs, intensificando a perspectiva política da escola, fator extremamente interessante, afinal essa instituição possui como base principal a formação de cidadãos.

Para Veiga (2008) um dos pontos mais relevantes relacionados à importância do PPP é a busca por uma escola mais democrática e menos centralizadora, afinal não se trata de uma ferramenta que ocasionará maiores trabalhos aos envolvidos, apenas como questão burocrática, mas sim uma oportunidade de que os membros se envolvam, efetivamente, nas questões relativas à melhoria da instituição.

Segundo a autora, quanto à gestão escolar: “não pode mais ser dirigida de cima para baixo e na ótica do poder centralizador que dita às regras e exerce o controle técnico burocrático. A escola moderna luta pela descentralização e pela busca de sua autonomia e qualidade” (VEIGA, 2008, p.15). Como instituição social, formadora de cidadãos, a escola precisa seguir os padrões da sociedade, ou seja, prezar pela democracia participativa e organizada, não só na reforma formal, mas

sim, na qualidade e inovação do processo em sua totalidade, tornando-se dessa forma, um compromisso de todos.

De acordo com Macedo (2013) o PPP não é mais considerado somente uma junção de planos ou diretrizes, mas sim, um direcionamento amplo e completo que expõe as prioridades pedagógicas que possibilitarão a escola de alcançar os objetivos educacionais almejados.

Macedo (2013) divide a nomenclatura para melhor expressar a real dimensão do PPP, definindo-o como: Projeto- Pois se trata de algo a ser acabado, inconcluso, baseado em propostas, logo pode, e deve, ser constantemente reformulado, de acordo com a necessidade; Político- Pois necessita ser elaborado democraticamente pela comunidade escolar, acompanhando o que cada membro pode acrescentar, retirando a centralização que, por vezes, possa se apresentar na gestão da instituição; Pedagógico- Pois possui como principal objetivo, efetivas as intenções que a escola possui, que terão como consequência a melhoria no processo de ensino e aprendizagem.

Segundo Lopes (2017) para suprir as necessidades educacionais e de aprendizagem dos alunos, a composição do PPP deve, necessariamente, contar com os seguintes tópicos:

- **Missão-** Considerada como um marco referencial do projeto pois define os valores da escola e seus objetivos em relação aos alunos, dessa forma deve considerar a opinião da comunidade escolar para determinar as aspirações almejadas;
- **Clientela-** Podendo ser apresentada em forma de tabela ou gráficos, consiste no detalhamento da comunidade escolar, contando com um breve histórico, condições sociais e econômicas das famílias. Dessa forma pode-se conhecer melhor o público-alvo, o que possibilita elaborar as diretrizes pedagógicas de maneira mais realista;
- **Dados sobre a aprendizagem-** Engloba todas as informações a respeito dos alunos, como: número de matrículas, evasão, aprovação, reprovações, transferências, distorção de séries e resultados das avaliações educacionais;
- **Relação com as famílias-** Analisa o comprometimento dos familiares em relação à instituição escolar, observado por meio das reuniões, associações de pais e mestres e trabalhos voluntários;

- **Recursos-** é um levantamento que serve como base para que se possa verificar a realidade da escola e a sua disponibilidade para a realização das atividades propostas no planejamento. É a junção do patrimônio físico, humano e financeiro, que conta com: número de salas de aula, equipamentos, mobília, prédio, equipe de funcionários, materiais pedagógicos, etc;

- **Diretrizes pedagógicas-** É o currículo escolar, logo necessita ser disposto pela coordenação pedagógica, juntamente com a equipe de professores. Nele são descritos os conteúdos, metas e objetivos de ensino-aprendizagem, bem como as formas de avaliação, considerando série, ciclos ou disciplinas.

Para Lopes (2017) é importante que cada escola tenha a preocupação em desenvolver um PPP de acordo com as suas reais intenções para curto, médio e longo prazo, afinal, somente através de direcionamento, os envolvidos poderão saber, com precisão, quais as medidas para que os recursos necessários sejam alcançados, permitindo assim, o crescimento da instituição e, conseqüentemente, a melhora na qualidade do ensino.

3. PONTOS HISTÓRICOS

Segundo Saviani (2007) na década de 80 o Brasil passou por um período de mudança nas políticas educacionais, onde os governantes tentavam aplicar um modelo diferente do apresentado pelo regime militar, predominante até essa época. Esse fator fez com que uma nova visão, neoliberal se instaurasse, permitindo a ideia de descentralização e autonomia, cada vez maior, dentro das instituições de ensino, e é nesse cenário que a concepção de PPP- Projeto Político Pedagógico surge.

Para Saviani (2007), o conceito de uma nova escola, foi consolidado somente no ano de 1996, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº9394/96. Porém todo o processo até se chegar as concepções educacionais atuais, envolvendo lutas e reformas, são extremamente relevantes para o surgimento do documento regulamentário obrigatório nas instituições de Ensino Básico, conhecido como Projeto Político Pedagógico- PPP.

Sulzbach (2015) afirma que até a década de 70 os modelos educacionais eram extremamente reprodutivistas, afinal apenas perpetuavam durante os anos as mesmas características e não visavam melhorias ou progressos, sendo assim já não

se adequavam a realidade social que começava a se apresentar em 1980. “Nos anos 80 emergiu a necessidade de construir pedagogias contra-hegemônicas que se articulassem com os interesses dos dominados” (SULZBACH, 2015. p.2).

O movimento que culminou com a configuração do PPP na LDB teve início ainda nos anos de 1980, década marcada por importantes mudanças em nível mundial, iniciadas nos países industrializados, acarretando reestruturação de ordem econômica, política, sociais e culturais. Estas modificações repercutiram, em efeito cascata, na economia e na educação brasileira, bem como nas demais dimensões da sociedade (SULZBACH, 2015. p.2).

De acordo com Saviani (2007) entre os anos de 1979 a 1990 a Inglaterra foi governada por Margaret Thatcher, com uma política baseada em uma reestruturação capitalista que reforçava o modelo de desenvolvimento neoliberal. Por ainda persistir com uma cultura colonial, o Brasil ainda possuía uma forte influência dos países europeus, inclusive no modelo econômico. Por acreditar-se que a educação sempre foi um retrato da sociedade, essas alterações sociais também interferiram diretamente nas escolas e da forma que essas passariam a ser geridas.

Para Saviani (2007), em meados dos anos 80 o Brasil passou por um processo de globalização, porém a educação ainda não se apresentava preparada para essa situação. Com o final da ditadura o número de crianças que não estavam matriculadas era de 30%. Dos alunos que frequentavam a escola, metade acabava por repetir o ano, pelo menos uma vez na vida, e cerca de 60% da população ainda vivia abaixo da linha da pobreza.

Saviani (2007) destaca que em 1930 iniciou-se o processo brasileiro de industrialização, porém, em 1985, a maior ênfase econômica ainda estava direcionada a exportação agrícola, logo a educação não era a prioridade, mas sim a mão de obra barata para que a população continuasse a prestar serviços nas grandes fazendas produtoras.

De acordo com Saviani (2007), somente em 1995, com o ingresso do então presidente Fernando Henrique Cardoso, visando um maior desenvolvimento social e econômico, a educação passou a ser uma das cinco principais metas prioritárias do Brasil, juntamente com agricultura, emprego, saúde e segurança.

Para Saviani (2007), com o fim da ditadura militar, a década de 90 proporcionou o que antes era extremamente restrito: o crescimento na área de pesquisas científicas e acadêmicas. Nesse período foram criadas mais de 60

revistas voltadas a educação, além de incontáveis livros destinados a essa área. O que pode ser considerado relevante para implementar os moldes de PPP encontrados atualmente nas escolas.

Segundo Saviani (2007) a educação passou por um processo de descentralização, passando a ser fiscalizada pelos próprios municípios. Com essa finalidade, em 1992, o MEC criou a União Nacional dos Dirigentes Municipais (UNDIME).

Saviani (2007) cita o Art. 12º da LDB 9394/1996, que regulamenta e oficializa, inclusive tornando-o obrigatório em todas as Instituições de Ensino Básico, o documento nomeado de Projeto Político Pedagógico- PPP, com o intuito de, a partir desse, a escola passa a possuir autonomia para definir suas particularidades e expressá-las a fim de adequar suas metas, objetivos e planos de ação, de forma individualizada, considerando características, realidade sociocultural e fatores econômicos de cada região.

4. INSTÂNCIAS COLEGIADAS

Galina (2009) defende que a Gestão Democrática está baseada na transparência, adequação das políticas educacionais e efetiva participação e comprometimento da comunidade visando à melhoria na qualidade de ensino. Dessa forma é crucial que todos os envolvidos contribuam com as discussões e tomada de decisões a cerca de quais medidas serão mais proveitosas para valorização do ambiente escolar.

De acordo com a autora as Instâncias Colegiadas são organizações de membros da comunidade escolar (pais, professores e estudantes) que tem como objetivo, através da coletividade, auxiliar o diretor na função de Gestor Escolar. Esses representantes analisam e definem assuntos de interesse da escola, buscando transformações e melhorias em vários segmentos da mesma.

Galina (2009) defende que, embora as Instâncias Colegiadas sejam organizações de extrema importância dentro da escola, suas atribuições, conceitos e responsabilidades não podem ser confundidas com as da gestão escolar, fazendo com que a figura do diretor ainda permaneça como a de autoridade máxima dentro da instituição.

Para Abranches (2003) as Instâncias Colegiadas podem opinar nos mais diferentes segmentos da escola, como questões administrativas, pedagógicas e, até mesmo, financeiras, porém sempre seguindo os parâmetros e metas previamente designados.

Os órgãos colegiados têm possibilitado a implementação de novas formas de gestão por meio de um modelo de administração coletiva, em que todos participam dos processos decisórios e do acompanhamento, execução e avaliação das ações nas unidades escolares, envolvendo as questões administrativas, financeiras e pedagógicas. (ABRANCHES, 2003, p.14).

Segundo Abranches (2003) a participação da comunidade dentro do ambiente escolar favorece a democracia e possibilita o enriquecimento do processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma é possível atribuir sucesso nas atividades relacionadas a realidade escolar ao tipo de comprometimento das Instâncias Colegiadas e sua relação com a Instituição em questão.

São exemplos de instâncias colegiadas, de acordo com Abranches (2003):

- **Conselho Escolar-** Pode-se afirmar que se trata do órgão máximo na escola, pois é destinado a coordenar a gestão, planejando e acompanhando as principais atividades pedagógicas. Está relacionado à decisão, avaliação e fiscalização do trabalho educacional, dessa forma deve agrupar membros de toda a comunidade escolar como: pais, alunos, professores, funcionários, diretor, pedagogos e comunidade externa. Ocorre por meio de reuniões de caráter ordinário ou extraordinário, de acordo com a necessidade. O conselho deve estar presente na criação e atualização do PPP e definição de calendário escolar bem como funcionamento administrativo, financeiro e pedagógico da instituição.

- **APMF-** Trata-se da Associação sem fins lucrativos, raciais, religiosos ou político-partidários, composta por pais, mestres e funcionários da escola, promovendo a integração da instituição com a sociedade. Dessa forma muitas situações administrativas e pedagógicas são discutidas e repassadas para os responsáveis preservando a concepção de gestão democrática. É importante que os pais não estejam presentes somente em datas comemorativas, mas sim que contribuam efetivamente no dia a dia das instituições, valorizando ainda mais a ligação entre essa e as famílias que compõem a comunidade escolar;

- **Conselho de Classe-** Relacionada a assuntos didáticos e pedagógicos existentes em documentos oficiais como PPP e Regimento Escolar. Nessas ocasiões professores, direção e equipe pedagógica discutem conteúdos do processo

de Ensino e Aprendizado, existente dentro da instituição e de que forma isso afeta cada aluno. São considerados fatores como: metodologias, desempenho individual, avaliação, desenvolvimento, entre outros. Ocorre em três momentos: Pré-conselho- Onde se realiza o diagnóstico do estudante, com base na reunião de dados previamente coletados; Conselho- Os resultados da fase anterior são expostos e descritos; Pós-conselho- Quando se aplicam estratégias estabelecidas no conselho;

- **Grêmios estudantis**- Composto por estudantes, possui a finalidade de incentivar a efetiva participação dos alunos na gestão democrática da escola, permitindo que esses, de forma organizada, contribuam em determinados processos, demonstrando o ponto de vista de quem recebe os serviços oferecidos pela instituição de ensino.

5. ELEMENTOS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Segundo Vasconcellos (2002) o Projeto Político Pedagógico permite aos membros da comunidade escolar estabelecer os parâmetros que desejam para o futuro da instituição. Essas metas devem ser pensadas sob três perspectivas: curto, médio e longo prazo, pois englobam desde ações imediatas, até as que ocorrerão em um tempo maior, visto que esse documento possui duração permanente, mesmo que, constantemente necessite de atualização.

Ainda segundo o autor, deve ser democrático, flexível, abrangente, e aberto a todas as perspectivas válidas. Dessa forma, acredita-se que para a elaboração do PPP é preciso organizar os elementos que compõem esse documento. Os principais são:

- **Marco referencial**- Também pode ser chamado de “Finalidades”, pois está relacionado às referências teóricas, políticas e filosóficas do processo de aprendizagem da escola. A partir dessa fase, definem-se as concepções, ideias, orientações e práticas educativas que se pretende alcançar. É subdividido em: Marco Situacional- a perspectiva real em que a escola está inserida; Marco Político- é a visão teórica do ideal pretendido; Marco Operativo- relacionado às ações efetivas.

Marco referencial nasce como busca de resposta a um forte questionamento que nos colocamos [...] Tem como função maior tensionar a

realidade no sentido da sua superação/transformação e, em termos metodológicos, fornecer parâmetros, critérios para a realização de diagnóstico. (VASCONCELLOS, 2002, p.182)

- **Diagnóstico-** Nesse ponto é realizada uma análise detalhada da realidade escolar, tendo como base os desejos que se tem sobre ela. Nesse ponto, considera-se a distância entre o cenário atual e o que se pretende alcançar. São destacadas as potencialidades e as fragilidades da escola, bem quais as intervenções necessárias para solucionar os problemas que possam interferir no seu funcionamento e progressão;

O diagnóstico não é simplesmente um retrato da realidade ou um mero levantar dificuldades; antes de tudo, é um olhar atento à realidade para identificar as necessidades radicais, e/ou o confronto entre a situação que vivemos e a situação que desejamos viver para chegar a essas necessidades. Embora a descrição seja necessária, não é suficiente para sua compreensão crítica (VASCONCELLO, 2002, p.20).

Plano de ação – É uma relação de todas as propostas de ações que a escola deve realizar para alcançar as metas. Nessa fase estipula-se um cronograma, com datas, responsáveis, recursos e os resultados, ou seja, tudo que “é necessário e possível para diminuir a distância entre o que vem sendo a instituição e o que deveria ser” (VASCONCELLOS, 2002, p. 2);

- **A divulgação e aprovação-** Nesse ponto as propostas das etapas anteriores são expostas para a comunidade escolar, por meio de reuniões diretas ou fóruns compostos por membros de todas as instâncias colegiadas. Após a análise minuciosa das colocações, as aprovações ou sugestões de melhorias são passadas a fim de adequar o projeto. Quando se obtém um consenso, são redigidas duas cópias sendo que uma fica a disposição da escola, para possíveis consultas ou atualizações, e outra segue para oficialização da Secretaria da Educação.

De acordo com Vasconcellos (2002), todos esses elementos devem ser seguidos com responsabilidade e ética, afinal, somente através de um diagnóstico preciso da escola, os planos de ação para beneficiá-la, serão determinados com maior efetividade, atendendo as necessidades reais da instituição.

6. DIFICULDADES RELACIONADAS AO PPP

Para Gadotti (2000) o Projeto Político Pedagógico deve ser um instrumento de direcionamento e não uma simples exigência burocrática que as instituições de ensino são obrigadas a desenvolver, porém, existem alguns obstáculos que dificultam a elaboração, implementação e aplicação das metas que compõem tal coordenação.

Segundo Gadotti (2000) uma das principais considerações a serem tomadas pela escola é que essa priorize um ambiente favorável, informativo e articulado quanto ao planejamento e organização das ações dentro da instituição. É preciso que o autoritarismo dos diretores de espaço a uma gestão democrática, onde os demais membros se sintam seguros para opinar e contribuir, de maneira produtiva, no desenvolvimento de ações que busquem a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com o autor, nem sempre existe uma experiência democrática por parte dos representantes das instâncias colegiadas. Esses ainda permanecem com uma visão de poder vertical onde somente a liderança poderia governar e os demais não devem expor suas opiniões, se essas não forem de acordo com as dos comandantes. Esse fator pode representar um grande obstáculo na elaboração ou revisão periódica do PPP.

Para Lopes (2017), algumas instituições acabam encomendando o PPP de terceiros, o que pode ser um erro incalculável, afinal, somente as pessoas que compõem a comunidade escolar podem apontar as reais necessidades, recursos disponíveis e viabilidade das ações que trarão a melhoria do ambiente escolar e, conseqüentemente, valorização do ensino. "Se a própria comunidade escolar não participa da preparação do documento, não cria a ideia de pertencimento" (LOPES, 2017, p.1).

A autora cita ainda que o PPP deve constantemente ser revisado, afinal a escola passa por diferentes mudanças que acabam por alterar suas metas, objetivos e prioridades. Além disso, o documento deve ficar a disposição de todos para que sirva como referência em casos de dúvidas.

Segundo Lopes (2017) é crucial que todos sejam ouvidos para a elaboração do PPP, dessa forma é preciso garantir que não existam falhas ou distorções nas ideias centrais apresentadas, a fim de que esse esteja de acordo com os anseios e

necessidades reais da instituição. Embora os portfólios e trabalhos anteriores devam estar presentes na composição do documento, ele não deve ser confundido com uma coletânea de projetos institucionais, afinal trata-se de algo muito mais amplo e complexo.

Gonçalves (2015) cita que:

É preciso ousadia dos professores, dirigentes, pais alunos e da escola para construir sua identidade como instituição social, assumir compromissos, e criar um futuro melhor do que o presente. Assim, antes de elaborar o PPP é preciso planejar como ele será feito, ou seja, “planejar o planejamento”. Uma dificuldade que temos de vencer é a questão do tempo, e é preciso definir quais tempos teremos para ele. Vale destacar também que elaborar o planejamento da escola não é perda de tempo, mas pelo contrário, é ganhá-lo, pois serão antecipadas decisões com o propósito de que o trabalho pedagógico seja exitoso e, posteriormente, não se perca tempo com ações que poderiam ser previstas, evitando assim, muitos equívocos de ordem pedagógica e organizacional. (GOLÇALVES, 2015, p.1).

Outro fator que atrapalha ou dificulta as discussões acerca do Projeto Político Pedagógico, na concepção de Gonçalves (2015), é a pouca disposição de tempo para seu desenvolvimento, visto que o horário de permanência dentro da instituição, além de ser escasso, deve ser dividido entre as outras atribuições relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem. Logo, é preciso uma dedicação extra dos envolvidos para dispor de horas complementares, destinadas exclusivamente no desenvolvimento desse importante planejamento.

7. AVALIAÇÃO E REVISÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Segundo Souza (2012) o Projeto Político Pedagógico é um documento que não pode ficar armazenado em uma gaveta, mas sim estar à disposição de todos, para que sirva como base referencial e de identificação se todas as possíveis ações, exigidas pelas metas previamente estipuladas, estão sendo realizadas. Os conteúdos que compõem o PPP necessitam constantemente de revisão e atualização.

Para Souza (2012) é preciso fazer um balanço a respeito do comprometimento e planejamento das ações do PPP, considerando se as estratégias estão corretas e surtindo resultados ou se é preciso complementação, inclusão ou retirada de algum componente.

Revisar e fazer alterações em um PPP, já existente, parte do pressuposto de sua própria dinamicidade, da necessidade de não se conformar e conceber a educação como estática. Alterar é tão audacioso quanto criar. O projeto em si necessita tanto de agentes ousados, quanto cada um assumir-se responsável pela sua construção. Para modificar um PPP já existente é preciso renunciar o que não apresenta resultados satisfatórios, ainda que sejam mais fáceis, e partir para o enfrentamento dos obstáculos que surgem no decorrer do processo escolar (SOUZA, 2012, p.4).

De acordo com Souza (2012) pelo fato da educação ser um processo dinâmico, evolutivo e extremamente adaptável, o Projeto Político Pedagógico deve seguir esse conceito de mudança, permitindo que as metodologias pedagógicas, estipuladas anteriormente consigam acompanhadas as novas tendências que o cenário passa a exigir.

Dessa forma Souza (2012) destaca que alguns passos podem ser seguidos quanto à revisão e atualização do PPP. Primeiramente é preciso descartar os conteúdos que não possuem tanta relevância ou os objetivos que já foram alcançados. Afinal é ao excluir alguns pontos, abre-se espaço para que novos, com maior importância e urgência, possam substituí-los. Porém também é possível reformular determinada meta para que essa fique condizente com a realidade em que a escola se apresenta, da mesma forma que a reimplantação de projetos que foram positivos também é uma opção válida.

Buscar referência, segundo Souza (2012), enriquece o direcionamento proposto pelo PPP, essas podem ser obtidas em livros, sites, artigos, ou até mesmo através de opiniões de especialistas do assunto. Estipular cronogramas de atuação também ajuda a controlar melhor se os planos estão de acordo com o esperado, evitando atrasos nas etapas seguintes.

Para Souza (2012), rever a formação e comunicação, direcionando cada participante ao que deve ser feito e a melhor forma de fazê-lo, bem como a gestão estratégica da equipe, evita que as responsabilidades não se concentrem sempre nas mesmas pessoas, incentivando assim o envolvimento de maneira igualitária, bem como valorizam as potencialidades e habilidades de todos os envolvidos.

Souza (2012) destaca ainda a importância em discutir e implantar projetos inovadores, sem que os antigos sejam abandonados. Isso propõe novos desafios e incentiva o desenvolvimento da instituição de ensino. A avaliação e revisão do Projeto Político Pedagógico devem ser atos constantes e contínuos, sem que exista a necessidade de espera demasiada ou finalização do ano escolar. Somente com a

monitoração constante do PPP, o processo de ensino se tornará efetivo e condizente com os anseios da instituição escolar, priorizando, dessa forma a aprendizagem.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a concepção de Gestão democrática ganhando, cada vez mais espaço dentro da sociedade atual, o Projeto Político Pedagógico, embora obrigatória em todas as organizações escolares, inicialmente considerado um instrumento burocrático, cujo principal papel era organizar os planos e as diretrizes da instituição, passa a assumir a função de interligar as instâncias colegiadas, para que essas contribuam significativamente no desenvolvimento de ações que oriente e direcione cada membro em suas ações, previamente estabelecida no programa.

Considera-se que o PPP é Projeto, pois está relacionado ao planejamento prévio das metas, a maneira que essas serão alcançadas e a disposição de recursos para tal feito. É Político, pois requer a participação coletiva, dinâmica e democrática na elaboração e implementação de sua idealização e é Pedagógico, pois deve contemplar as diferentes perspectivas dentro do ambiente educacional.

Os artigos 12, 13 e 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 citam a importância da implantação e manutenção do Projeto Político Pedagógico, afinal também é uma maneira de trazer a democracia para dentro do ambiente escolar, reproduzindo o que ocorre na sociedade, de maneira geral, visto que se trata da formação inicial de cidadãos que futuramente estarão exercendo efetivamente seus direitos e deveres.

Isso justifica a importância da ativa participação de membros de todos os setores da comunidade escolar, sejam pais, alunos, professores, demais funcionários, em conjunto com a direção e coordenação. Através dessa parceria distintos pontos de vista poderão ser considerados a fim de um diagnóstico maior da realidade apresentada pela instituição, bem a definição das principais necessidades e prioridades existentes a curto, médio e longo prazo.

A Gestão Participativa não tem como objetivo somente que se apontem as melhorias ou metas esperadas para a instituição, mas também, serve como uma conscientização por parte dos membros de suas reais atribuições e

responsabilidades dentro do contexto escolar, tornando o ambiente pedagógico um compromisso de todos.

Sendo assim o Projeto Político Pedagógico ultrapassa a mera formalidade e exigência obrigatória para, através de constante atualização e renovação, exerça de maneira efetiva e dinâmica uma das principais funções da escola: Educar visando cidadania e desenvolvimento de todos os envolvidos no processo pedagógico, contribuindo assim para a formação de valores social, morais e éticos na vida de seus alunos.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Mônica. **Colegiado Escolar**: Espaço de participação da comunidade. São Paulo: Cortez, 2003.

BORDIGNON, Genuíno. **Novos paradigmas de gestão escolar**. Fortaleza: SEDUC, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do projeto pedagógico**. Porto Alegre: FNUAP, 1994.

GALINA, Irene de Fátima **Instâncias Colegiadas**. 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1090-4.pdf>, Acesso em: 25/Out/18.

GONÇALVES, Vinícius. **Dificuldades e limites na construção do Projeto Político Pedagógico**. 2015. Disponível em: http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/uft/file.php/1/coord_ped/sala_3/mod03_2unid_11.html, Acesso em: 28/Out/18.

LOPES, Noêmia. **O que é o projeto político pedagógico**. 2017. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/560/o-que-e-o-projeto-politico-pedagogico-ppp>, Acesso em 23/Out/18.

MACEDO, Cassiana. **A Importância do Projeto Político Pedagógico na Educação Básica**. 2013. Disponível em: <http://lendoerelendo1.blogspot.com/2013/03/a-importancia-do-projeto-politico.html>, Acesso em: 25/Out/2018.

SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SOUZA, Breno Ribeiro. **Revisão e modificação de um PPP**. 2012. Disponível em: revista.doctum.edu.br/index.php/EDU/article/download/44/55, Acesso em: 28/Out/18.

SULZBACH, Cíntia dos Passos. **O processo histórico de construção do Projeto Político Pedagógico**. 2015. Disponível em: <https://editora.unoesc.edu.br/index.php/coloquiointernacional/article/viewFile/1227/595>, Acesso em: 26/Out/18.

VASCONCELLOS, Celso S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico**: do trabalho político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertard, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da escola**: uma construção possível. 10ª ed. Campinas: Papirus, 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Repensando a Didática**. Campinas: Papirus, 2006.